ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada no dia onze de março de dois mil e vinte e seis, no **Plenário Benedito Magalhães**, da Câmara Municipal de Santarém. Por volta das nove horas da manhã, o mestre de cerimônia **AGENOR OLIVEIRA** deu início ao protocolo de abertura da audiência pública, saudando os presentes e informando que o encontro tinha como objetivo **DISCUTIR A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BLOCO C, VENCIDA PELA EMPRESA AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.**, responsável pela operação por meio da concessionária **Águas do Pará**. A audiência foi convocada por meio do **Requerimento nº 69/2026**, de autoria da **VEREADORA ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)**. Na sequência, o mestre de cerimônia convidou para compor a Mesa oficial da audiência pública as seguintes autoridades: a **Excelentíssima Senhora VEREADORA ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)**, quarta secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santarém e autora do requerimento que originou a audiência; o **Excelentíssimo senhor RONAN LIBERAL JÚNIOR**, Secretário Municipal de Urbanismo - SERMUB, representando o prefeito municipal de Santarém, **JOSÉ MARIA TAPAJÓS**; o **Excelentíssimo senhor SÉRGIO MELO**, secretário municipal de Infraestrutura e presidente do Conselho Municipal de Saneamento Básico; a **Excelentíssima senhora DOUTORA BÁRBARA RUFINO**, conselheira seccional e presidente da Comissão de Direito Agrário, Meio Ambiente e Agronegócio da OAB/Subseção Santarém; o **Excelentíssimo senhor PAULO NUNES BISNETO**, gerente executivo de operações da empresa AEGEA Saneamento e Participações S.A.; o **Excelentíssimo senhor JOSÉ RONALDO ROCHA MARINHO**, representante da FANCOS; a **Excelentíssima senhora VEREADORA ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)**, primeira secretária da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santarém; e o **Excelentíssimo senhor VEREADOR URIAS PINGARILHO (MDB)**. Também foi registrada a presença no plenário dos vereadores **VEREADOR ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)**, **VEREADOR ANDREO RASERA (PL)**, além de lideranças comunitárias e representantes de entidades da sociedade civil. Em seguida, assumindo a condução dos trabalhos, a **VEREADORA ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** saudou as autoridades presentes. Destacou a relevância do debate sobre o abastecimento de água e o esgotamento sanitário no município de Santarém, ressaltando que a cidade ainda enfrenta sérios desafios na área de saneamento básico, figurando entre os municípios com maiores dificuldades nesse setor no país. A parlamentar explicou que a audiência pública tinha como objetivo principal garantir transparência e ampliar o diálogo sobre a concessão dos serviços, especialmente após o leilão realizado no ano de dois mil e vinte e cinco, quando a empresa Águas do Pará, vinculada ao grupo AEGEA, passou a assumir a concessão dos serviços no estado e também no município de Santarém. Segundo a vereadora, a proposta do encontro era possibilitar que autoridades, entidades e a população conhecessem o plano de investimentos previsto pela concessionária para o município, de forma a permitir posteriormente questionamentos, contribuições e avaliações sobre as medidas planejadas. A **VEREADORA ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** também esclareceu a dinâmica da audiência pública, informando que, excepcionalmente, as falas das autoridades e representantes das entidades ocorreriam **após a apresentação técnica da empresa**, uma vez que a maioria das manifestações trataria das dificuldades enfrentadas pela população no acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Assim, inicialmente seria realizada a apresentação do plano de investimentos da concessionária, para que, posteriormente, fossem abertas as inscrições para perguntas, questionamentos e pronunciamentos. Dando continuidade aos trabalhos, a presidência da audiência pública concedeu a palavra ao Excelentíssimo senhor **PAULO BISNETO**, gerente executivo de operações da empresa AEGEA Saneamento e Participações S.A., para que realizasse a apresentação do plano de investimentos e das ações previstas pela concessionária no município de Santarém. Inicialmente, destacou a importância do saneamento básico para a saúde pública e qualidade de vida da população, apresentando dados gerais sobre a situação do saneamento no Brasil, na Região Norte e no estado do Pará, ressaltando os baixos índices de cobertura de esgotamento sanitário, especialmente na

região. Em seguida, apresentou informações sobre o grupo AEGEA, empresa brasileira que atua no setor de saneamento em diversos estados do país, atendendo milhões de brasileiros e desenvolvendo projetos voltados à ampliação do acesso à água tratada e ao tratamento de esgoto. Ao tratar do contrato de concessão firmado com o Governo do Estado do Pará, explicou que o acordo prevê investimentos no setor de saneamento em diversos municípios paraenses, com metas de ampliação do acesso à água tratada e à rede de esgotamento sanitário ao longo dos próximos anos. Informou ainda que o contrato possui duração de quarenta anos e que os serviços serão regulados pela ARCON – Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará. Especificamente sobre Santarém, informou que está previsto um investimento aproximado de novecentos milhões de reais ao longo do período da concessão, destinado à melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município. Entre as primeiras ações previstas, destacou a perfuração de quatro novos poços nos bairros Diamantino, Santa Clara, Aparecida e Conquista, além da recuperação de poços já existentes e melhorias estruturais na Estação de Tratamento de Água (ETA) Irurá, responsável por parte significativa do abastecimento da cidade. Segundo ele, essas medidas têm como objetivo ampliar a oferta de água e melhorar a regularidade do abastecimento no município. Além disso, informou que também estão previstos investimentos de aproximadamente dois milhões e quinhentos mil reais para a recuperação e manutenção de vinte e três poços já existentes no município, bem como intervenções em um poço localizado na vila de Alter do Chão, com o objetivo de ampliar a capacidade de produção de água e melhorar a eficiência operacional do sistema. Segundo o expositor, essas ações poderão ampliar a oferta de água no município em cerca de seiscentos e cinquenta mil litros por hora. Informou ainda que a concessionária iniciará oficialmente suas operações em Santarém **a partir do dia primeiro de abril de dois mil e vinte e seis**, quando passará a assumir a responsabilidade pelos serviços atualmente operados pela COSANPA. Na ocasião, também anunciou a instalação de canais de atendimento à população, incluindo loja física no Shopping Paraíso, atendimento telefônico e aplicativo digital para registro de solicitações. Ao final, agradeceu a oportunidade de participar da audiência pública e reafirmou o compromisso da empresa em contribuir para a melhoria do saneamento básico no município de Santarém. Na ocasião, foram registradas a presença dos Vereadores: **BÁRBARA MATOS (PP)**, **IVANIRA FIGUEIRA (PSD)**, **ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)**, **MURILO TOLENTINO (PRD)**, **SÉRGIO PEREIRA (PP)**, **JÚNIOR TAPAJÓS (MDB)** e do Vice-Presidente da Casa, **ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)**. Em seguida a vereadora **ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** explicou a dinâmica dos trabalhos, informando que cada inscrito teria o tempo de dois minutos para manifestação, iniciando pelas associações e entidades, e posteriormente as autoridades e parlamentares fariam suas considerações. Foi então concedida a palavra ao Senhor **CLÁUDIO ARAÚJO**, morador do bairro Interventoria, que relatou a grave situação de desabastecimento de água em sua localidade, afirmando que a comunidade enfrenta há cerca de dois meses a falta do serviço regular, com fornecimento insuficiente e intermitente. Destacou o sofrimento da população, especialmente de famílias com crianças, e criticou a recorrência de promessas não cumpridas ao longo dos anos, mencionando a falta de resultados concretos por parte do poder público. Ressaltou ainda que considera inadmissível a escassez de água em uma região com abundância de recursos hídricos, atribuindo o problema à falta de gestão eficiente e compromisso com a população. Em seguida, fez uso da palavra o Senhor **MANUEL PIRES**, presidente do bairro Maracanã I, que questionou a empresa sobre a estrutura tarifária a ser aplicada após a concessão, especialmente quanto à instalação de hidrômetros e possíveis aumentos nas cobranças, considerando a realidade de baixa renda da população. Demonstrou preocupação com a elevação de tarifas, fazendo analogia ao serviço de energia elétrica após privatização. Questionou ainda sobre os impactos sociais da concessão, especialmente quanto à situação dos trabalhadores da COSANPA, e solicitou esclarecimentos sobre a natureza do processo, destacando o receio de se tratar de uma privatização de serviço essencial. Em resposta, o senhor **PAULO BISNETO** esclareceu que a tarifa prevista será equivalente a 70% do valor atualmente praticado

pela COSANPA, conforme estabelecido em contrato. Informou que será realizado um processo de hidrometração e recadastramento dos imóveis, permitindo a identificação de famílias que se enquadrem na tarifa social. Destacou que consumidores em situação de vulnerabilidade poderão pagar valores reduzidos, exemplificando o consumo de até 15m³ com valor aproximado de R$ 36,00. Quanto aos trabalhadores da COSANPA, afirmou que parte dos profissionais poderá ser absorvida pela nova concessionária, ressaltando que a maioria dos contratados será composta por mão de obra local. Na sequência, o senhor **BRUNO HENRIQUE**, presidente da Associação do Residencial Salvação, relatou a ocorrência de cobranças elevadas, chegando a valores de até R$ 30.000,00 em faturas de água, consideradas incompatíveis com a realidade das famílias de baixa renda. Solicitou esclarecimentos sobre a possibilidade de cancelamento ou renegociação dessas dívidas, bem como a implementação de valores fixos acessíveis e a realização de reuniões com lideranças comunitárias para maior entendimento da atuação da nova empresa. Na ocasião, o Vereador **JOZIEL COLARES (PRD)** solicitou que fosse apresentado comprovante das referidas cobranças para análise e debate durante a audiência. Dando continuidade, o senhor **JUAN MAGALHÃES**, presidente da Associação do Bairro Livramento e vice-presidente do Conselho de Segurança da Grande Área do Prainha, questionou sobre a articulação entre a concessionária e a Secretaria de Infraestrutura quanto à recuperação das vias após intervenções. Solicitou também maior transparência quanto ao cronograma de execução das obras, esclarecimentos sobre a transferência de dívidas da COSANPA e ampliação do acesso à tarifa social. Reivindicou ainda canais diretos de comunicação com a empresa, além do atendimento por call center. Em resposta, o senhor **PAULO BISNETO** esclareceu que a tarifa social não é limitada a 30%, sendo este apenas o mínimo contratual, podendo ser ampliada conforme o enquadramento dos usuários. **Informou que as dívidas anteriores permanecem sob responsabilidade da COSANPA, não sendo transferidas à nova concessionária.** Destacou que eventuais cobranças indevidas poderão ser revistas mediante solicitação de refaturamento. Quanto às obras, afirmou que a recomposição das vias será de responsabilidade da empresa sempre que houver intervenções. Informou ainda sobre a criação de canais diretos com lideranças por meio do programa "Afluentes". Prosseguindo, o senhor **JOÃO VITOR**, representante da Associação Comunitária São Sebastião, abordou a problemática da água servida, destacando a responsabilidade do poder público municipal na fiscalização, conforme legislação vigente. Questionou como será realizada a atuação da Prefeitura no cumprimento da lei, especialmente até a universalização do esgotamento sanitário. Em resposta, o representante da Secretaria Municipal de Urbanismo, **RONAN LIBERAL**, informou que há fiscalização ativa, com notificações e prazos para adequação, podendo resultar em multas e inscrição em dívida ativa em caso de descumprimento. Em seguida, a senhora **JOSELI PEREIRA**, representante do bairro Conquista, relatou a histórica deficiência no abastecimento de água na localidade e solicitou informações sobre o prazo de conclusão de obras de reservatório e perfuração de poços, além de esclarecimentos sobre a situação de moradores que já possuem poços particulares. A senhora **MARIA INÊS**, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, destacou a importância da água para a promoção da saúde pública, relatando dificuldades enfrentadas pela população ao longo de décadas e questionando sobre os mecanismos de acesso às faturas e continuidade do projeto apresentado. Em resposta, o senhor **PAULO BISNETO** informou que as ações emergenciais, incluindo perfuração de poços e adequações estruturais, estão previstas dentro de um plano de 100 dias, visando melhorias iniciais no abastecimento. Reforçou que o atendimento será ampliado por meio de canais presenciais, digitais e comunitários. Na sequência, o senhor **RENATO GUIMARÃES**, representante do bairro Mapiri, questionou sobre o diagnóstico e planejamento de melhorias na estação de tratamento de esgoto existente na região. Em seguida a senhora **ANDRÉA LIMA**, representante do bairro Urumari, relatou a precariedade no abastecimento de água, com fornecimento extremamente limitado, além da ausência de sistema de esgotamento sanitário. Questionou sobre a organização da distribuição de água, funcionamento de poços comunitários e critérios de cobrança e inclusão tarifária. Em resposta, o senhor **PAULO BISNETO**, iniciou esclarecendo aspectos técnicos relacionados à Estação de Tratamento de

Esgoto do Mapiri (ETE Mapiri), informando que foi realizado um diagnóstico prévio do sistema existente, no qual se identificou a necessidade de modernização de equipamentos. Ressaltou que, embora a estrutura da estação tenha sido construída conforme o projeto original, atualmente não se encontra plenamente funcional. Destacou que o sistema de esgotamento sanitário não se resume à estação de tratamento, abrangendo também elevatórias distribuídas pela cidade, responsáveis pelo envio dos efluentes até a ETE. Explicou que, nessas elevatórias, ocorre o tratamento preliminar, com a separação de resíduos sólidos e líquidos, sendo necessário realizar investimentos nessas etapas anteriores para garantir que o efluente chegue à estação em condições adequadas de tratamento. Informou, ainda, que estão previstos investimentos na modernização da ETE Mapiri, substituição de trechos do emissário que apresentam vazamentos e melhorias nas elevatórias que compõem o sistema. No tocante ao abastecimento de água, ao responder questionamento acerca do bairro Urumari, afirmou que, sendo área urbana, será contemplada pelos serviços da concessionária. Informou que, havendo sistemas comunitários, como poços já existentes, será realizada aproximação com a comunidade para avaliação e posterior operação, com os devidos investimentos necessários para garantir o pleno funcionamento. Ressaltou que, a partir de 1° de abril, a responsabilidade pelo abastecimento de água será assumida pela concessionária, que atuará para assegurar o fornecimento de água potável à população. Na sequência, a **Vereadora ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)**, deu início à rodada de questionamentos dos parlamentares, concedendo a palavra à **Vereadora ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB)**. Em sua manifestação, a parlamentar destacou a relevância da audiência pública e ressaltou que a problemática da falta de água no município de Santarém configura-se como uma situação crônica, afetando diversos bairros. Dirigindo-se ao representante da concessionária, questionou se já havia sido realizado levantamento abrangente e diagnóstico completo da situação do abastecimento em todos os bairros, enfatizando a importância desse levantamento para a efetividade das ações. A vereadora também relatou situações enfrentadas pela população, mencionando casos de desabastecimento prolongado e dificuldades no acesso à água, inclusive em residências com pessoas em situação de vulnerabilidade. Manifestou expectativa quanto à atuação da nova concessionária, especialmente no que se refere à priorização de áreas críticas e à melhoria no atendimento às lideranças comunitárias e aos parlamentares, destacando a necessidade de diálogo e acolhimento das demandas da população. Em seguida, fez uso da palavra o **Vereador ANDREO RASERA (PL)**, que iniciou sua fala contextualizando a atuação da concessionária como representante da iniciativa privada, ressaltando sua experiência em diversos estados e municípios do país. Destacou os desafios históricos enfrentados pelo município de Santarém no que se refere ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário, bem como a expectativa da população diante da nova gestão dos serviços. O parlamentar enfatizou a necessidade de investimentos efetivos e demonstrou preocupação quanto à repetição de promessas não cumpridas no passado. Ressaltou, ainda, que problemas estruturais anteriormente atribuídos à gestão pública também decorriam da ausência de investimentos adequados. Na sequência, o **vereador ANDREO RASERA (PL)** solicitou ao **Vereador ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)** que procedesse à leitura de questionamentos previamente elaborados, os quais abordaram pontos estratégicos do contrato de concessão, tais como: o prazo de 40 anos, os mecanismos de revisão contratual ao longo do tempo, a concentração de poder decisório na agência reguladora, a participação dos municípios nas decisões estratégicas, bem como as penalidades em caso de descumprimento das obrigações pela concessionária. Também foi levantada preocupação quanto à capacidade técnica da agência reguladora responsável pela fiscalização do contrato, destacando a necessidade de acompanhamento efetivo diante da magnitude da concessão. Na sequência, foi concedida a palavra ao **Vereador JÚNIOR TAPAJÓS (MDB)**, que questionou acerca da abrangência dos serviços, indagando se o atendimento da concessionária contemplará apenas a zona urbana ou também as áreas rurais, incluindo as regiões ribeirinhas, e de que forma se dará essa atuação. Em resposta aos questionamentos apresentados, o senhor **PAULO BISNETO** reconheceu que a falta de água no município é um problema histórico e de grande complexidade, afirmando que a concessionária

tem conhecimento dos desafios e dispõe de investimentos compatíveis para enfrentá-los. Contudo, ressaltou que as soluções não ocorrerão de forma imediata, uma vez que se tratam de serviços técnicos e estruturais que demandam planejamento, execução e acompanhamento. Informou que já foi realizado um mapeamento dos ativos existentes, incluindo poços, reservatórios e unidades operacionais, por meio de equipe técnica especializada, bem como um trabalho de aproximação social com as comunidades, visando compreender suas especificidades e necessidades. Destacou, entretanto, que o diagnóstico técnico mais aprofundado somente poderá ser realizado após o início efetivo da operação pela concessionária, quando haverá autonomia para intervenções diretas no sistema, como testes e ajustes operacionais, atualmente sob responsabilidade da COSANPA. Com o pedido pela ordem, o **Vereador ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** sugeriu à Presidência que também fosse estabelecido controle de tempo para as respostas do representante da concessionária, a fim de assegurar equilíbrio entre as falas dos parlamentares e as respostas apresentadas. Em resposta, a **Vereadora ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** esclareceu que as respostas estavam sendo organizadas por blocos de questionamentos, o que inviabilizaria a limitação estrita de dois minutos, propondo, contudo, que o tempo máximo de resposta fosse de até quatro minutos por bloco, sugestão acatada. Na sequência, o senhor **PAULO BISNETO** passou a responder aos questionamentos apresentados pelo **Vereador ANDREO RASERA (PL).** Informou que o contrato de concessão prevê mecanismos de revisão periódica, tanto em relação às metas quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro, destacando que tais dispositivos estão previstos no instrumento contratual, disponível para consulta pública. Quanto à participação do município nas decisões estratégicas, afirmou que a concessionária valoriza essa interação, ressaltando a importância do diálogo com o poder público local e com a sociedade para definição de prioridades. Esclareceu que os investimentos são orientados pelas metas contratuais, destacando a universalização do abastecimento de água em 99% até o ano de 2033 e a cobertura de esgotamento sanitário em 90% até 2039. Em relação ao questionamento do **Vereador JÚNIOR TAPAJÓS (MDB)**, esclareceu que o contrato de concessão contempla exclusivamente a zona urbana, não abrangendo as áreas rurais e nem as regiões ribeirinhas, sendo essa responsabilidade objeto de políticas específicas do Governo do Estado. Em seguida, fez uso da palavra a **Vereadora IVANIRA FIGUEIRA (PSD)**, que manifestou preocupação com a exclusão das comunidades ribeirinhas da área de cobertura do contrato, destacando a realidade de precariedade enfrentada por essas populações, muitas das quais ainda dependem de fontes alternativas de água, inclusive sem tratamento adequado. A parlamentar relatou situações vivenciadas por moradores de bairros urbanos, como Conquista e Alvorada, evidenciando o alto custo enfrentado por famílias que recorrem a sistemas particulares de abastecimento, chegando a valores elevados mensais. Reforçou, ainda, a necessidade de atenção do poder público às comunidades das regiões de várzea, rios e lagos, que permanecem desassistidas em relação ao saneamento básico. Na sequência, o **Vereador ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)** apresentou questionamentos relacionados aos investimentos no distrito de Alter do Chão, especialmente quanto à conclusão de obras de abastecimento de água e à situação do sistema de esgotamento sanitário, cuja execução encontra-se suspensa. Também destacou a deterioração de estruturas anteriormente implantadas, ressaltando a necessidade de soluções efetivas e duradouras para os problemas históricos enfrentados pela população. Em resposta, o senhor **PAULO BISNETO** informou que o sistema de abastecimento de água em Alter do Chão será incorporado às operações da concessionária, incluindo a recuperação de poço existente e a operação de uma estação de tratamento recentemente construída. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário, esclareceu que as obras se encontram suspensas, em razão de questões relacionadas à localização da infraestrutura, sendo necessária a retomada de tratativas com o Governo do Estado para definição de alternativas viáveis. No que se refere às estações de tratamento de esgoto do Mapiri e Uruará, reconheceu a necessidade de investimentos significativos, destacando que será realizado diagnóstico técnico detalhado após o início das operações, a fim de avaliar a viabilidade de recuperação ou eventual substituição das estruturas existentes. Prosseguindo, foi concedida a palavra ao **Vereador ENF. MURILO TOLENTINO**

(PRD), que iniciou sua fala reconhecendo a complexidade do desafio enfrentado pela concessionária, destacando o histórico de deficiência no abastecimento de água no município. Ressaltou a sensibilidade do tema para a população, considerando os impactos diretos na qualidade de vida. O parlamentar afirmou que acompanhará de forma rigorosa as metas anunciadas, especialmente no que se refere à perfuração de novos poços e à manutenção dos sistemas existentes. Questionou, ainda, sobre a responsabilidade pelas dívidas acumuladas junto à COSANPA e sobre a política de cobrança futura, incluindo eventuais medidas relacionadas à inadimplência e programas de desconto tarifário. Na sequência, o **Vereador ENFERMEIRO JOZIEL (PRD)** fez uso da palavra, destacando a descrença da população em relação às soluções apresentadas para o problema do abastecimento de água. Criticou a atuação anterior da COSANPA, apontando ausência de respostas institucionais e falta de respeito com o Poder Legislativo. O parlamentar relatou situações críticas em diversos bairros, como Santarenzinho, Maracanã, Conquista, Alvorada e São Cristóvão, mencionando a existência de estruturas inoperantes e a ausência de abastecimento regular. Questionou, ainda, que providências serão adotadas em relação a sistemas já existentes e reforçou a necessidade de ações concretas. Também enfatizou a importância da fiscalização por parte da Câmara Municipal, destacando que o Poder Legislativo exercerá seu papel de acompanhamento da concessão. Ressaltou, por fim, que a população exige resultados efetivos e não apenas promessas. Na sequência, foi concedida a palavra ao **Vereador ALAÉRCIO CARDOSO (PSD)**, que informou possuir diversos questionamentos de natureza técnica e jurídica acerca da concessão, os quais serão encaminhados formalmente à concessionária e aos órgãos competentes. O parlamentar destacou pontos relacionados à titularidade do serviço, à legalidade do contrato de concessão firmado pelo Governo do Estado, à compatibilidade com o Plano Municipal de Saneamento, às metas de investimento, aos impactos tarifários e aos mecanismos de fiscalização. Ressaltou, ainda, que há questionamentos quanto à legitimidade do processo de concessão, especialmente pela ausência de ampla participação do município e da sociedade local, afirmando que o tema demanda análise aprofundada e acompanhamento rigoroso por parte dos órgãos de controle. Em seguida, concedida a palavra ao **Vereador URIAS PINGARILHO (MDB)**, que destacou a importância do momento e manifestando voto de confiança na atuação da concessionária, ressaltando a necessidade de esperança e credibilidade nas instituições. O parlamentar parabenizou a realização da audiência pública, considerando-a fundamental para o enfrentamento de um problema histórico do município. Em seus questionamentos, indagou se, no contrato de concessão, foram consideradas as projeções de crescimento populacional e a expansão urbana, mencionando novos bairros em desenvolvimento. Questionou, ainda, sobre a situação dos poços artesianos particulares e como será tratada essa realidade diante da atuação da concessionária. Na sequência, fez uso da palavra a **Vereadora BÁRBARA MATOS (PP)**, que destacou a relevância do tema sob a perspectiva da saúde pública e da dignidade humana. Ressaltou que o acesso à água de qualidade é essencial à vida e relatou situações enfrentadas pela população, incluindo a necessidade de aquisição de água por meio de carros-pipa. A parlamentar questionou sobre os mecanismos de garantia da qualidade da água fornecida à população, enfatizando a importância do cumprimento de padrões sanitários adequados. Também reforçou a necessidade de compromisso da concessionária com a dignidade das famílias santarenas, especialmente as mais vulneráveis. Na sequência, foi concedida a palavra à senhora **LUCIDALVA**, representante do Movimento Tapajós Vivo, que manifestou posicionamento crítico em relação à concessão dos serviços à iniciativa privada. Em sua fala, questionou o modelo de privatização, destacando preocupações quanto à mercantilização da água e aos impactos sociais, especialmente para as populações mais vulneráveis. A representante também abordou a necessidade de maior participação popular nos processos decisórios e criticou a ausência de políticas públicas efetivas em áreas essenciais, como saneamento e gestão de resíduos sólidos, ressaltando a importância do diálogo com a população antes da implementação de projetos dessa magnitude. Em resposta aos questionamentos apresentados neste bloco, o senhor **PAULO BISNETO** iniciou sua fala reafirmando seu compromisso institucional como

representante da concessionária, destacando sua experiência no setor de saneamento em diferentes regiões do país. No tocante às dívidas existentes junto à COSANPA, esclareceu que eventuais débitos anteriores permanecem sob responsabilidade da companhia estadual, não sendo transferidos à nova concessionária, que passará a realizar a cobrança apenas a partir do início de sua operação. Quanto à medição de consumo, explicou a importância do uso de hidrômetros, ressaltando que o equipamento permite a cobrança proporcional ao volume efetivamente consumido, garantindo maior equidade ao usuário. Em relação aos questionamentos sobre áreas específicas, como o bairro da Conquista, informou que será realizado diagnóstico técnico detalhado após o início das operações, visando identificar falhas e propor soluções adequadas. Sobre a fiscalização, afirmou que a concessionária estará aberta ao acompanhamento por parte do Poder Legislativo e da sociedade, destacando a importância da atuação conjunta para a melhoria dos serviços. Respondendo ao **Vereador URIAS PINGARILHO (MDB)**, informou que o contrato contempla projeções de crescimento populacional, considerando a expansão urbana ao longo do período de concessão. Quanto aos poços artesianos particulares, esclareceu que não são de responsabilidade da concessionária, cabendo ao município a fiscalização e regularização, por meio dos órgãos competentes. Em resposta à **Vereadora BÁRBARA MATOS (PP)**, afirmou que a qualidade da água é uma obrigação da concessionária, sendo realizados monitoramentos constantes conforme as normas do Ministério da Saúde, garantindo que a água fornecida atenda aos padrões exigidos. Em relação às manifestações da representante do Movimento Tapajós Vivo, destacou que a concessão se refere à prestação do serviço, não à propriedade da água, e reforçou o compromisso da empresa com a preservação ambiental, o respeito às comunidades locais e o uso sustentável dos recursos hídricos. Informou, ainda, a existência de programas sociais voltados ao diálogo com a população. Na sequência, a **Vereadora ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** apresentou propostas de deliberação construídas a partir das discussões realizadas durante a audiência, destacando: a ampliação das áreas prioritárias de atendimento; a necessidade de esclarecimento quanto às competências relativas ao tratamento de esgoto; a articulação institucional para revisão ou extinção de débitos junto ao Governo do Estado; e o fortalecimento dos mecanismos de participação e fiscalização por parte da sociedade e dos órgãos locais. Dando continuidade, foi concedida a palavra ao senhor **RONAN LIBERAL**, que destacou a relevância da audiência pública e manifestou expectativa positiva em relação à atuação da concessionária, ressaltando o histórico de dificuldades enfrentadas pelo município no setor de saneamento. Em sua fala, enfatizou a necessidade de investimentos efetivos e acompanhamento contínuo por parte do poder público municipal, destacando a importância da execução adequada do contrato para superação dos problemas históricos. Na sequência, fez uso da palavra o Secretário Municipal de Infraestrutura, **SÉRGIO MELO**, que ressaltou a importância da audiência e informou que novas reuniões serão realizadas para aprofundamento das discussões pendentes, incluindo a participação de diferentes órgãos envolvidos. O secretário também fez um apelo à concessionária para que acompanhe a situação do município no período de transição até o início oficial das operações, considerando os problemas atuais de desabastecimento enfrentados por diversos bairros. Reforçou a necessidade de atuação conjunta com a COSANPA, a fim de evitar a desassistência da população nesse intervalo. Por fim, colocou a Secretaria Municipal de Infraestrutura e o Conselho Municipal de Saneamento à disposição para colaborar com a concessionária na implementação das ações necessárias. Com a palavra pela ordem, o **Vereador ENF. MURILO TOLENTINO (PRD)** manifestou preocupação quanto à ausência de representantes da COSANPA na audiência, classificando o fato como desrespeito à população e ao Poder Legislativo. Na oportunidade, fez ponderações acerca da eventual absorção de servidores da companhia pela nova concessionária, sugerindo cautela na seleção de profissionais, especialmente no que se refere à gestão. Em resposta, o senhor **PAULO BISNETO** esclareceu que a concessionária já vem atuando de forma colaborativa durante o período de transição, inclusive apoiando a COSANPA em situações emergenciais. Informou que o problema recente de desabastecimento decorreu do rompimento de rede na Avenida Curuá-Una, sendo que a empresa já providenciou o envio de materiais para reparo,

além de ter assumido contratos operacionais emergenciais, como serviços de hidrojato, visando mitigar impactos à população. Acrescentou que, no processo de transição, foram aproveitados apenas três servidores da COSANPA, todos com atuação técnica de campo, destacando que a equipe de gestão será composta por profissionais alinhados à metodologia da concessionária. Na sequência, o **Vereador ERASMO MAIA (UNIÃO BRASIL)** solicitou esclarecimento acerca da substituição das tubulações de amianto, frequentemente responsáveis por rompimentos na região central do município. Em resposta, o representante da concessionária informou que, inicialmente, será realizado diagnóstico técnico detalhado, podendo ser adotadas soluções alternativas, como a instalação de válvulas redutoras de pressão, antes da substituição integral das redes, a qual poderá ser realizada de forma gradual conforme as prioridades identificadas. Dando continuidade, fez uso da palavra a senhora **BÁRBARA RUFINO**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que destacou a importância da audiência pública e colocou a instituição à disposição para acompanhar e contribuir com o processo de implementação da concessão, reforçando a necessidade de diálogo contínuo com a sociedade civil. Em seguida, foi concedida a palavra ao senhor **JOSÉ RONALDO**, representante da sociedade civil, que apresentou manifestação enfática acerca das condições da infraestrutura de abastecimento no município, destacando a obsolescência das adutoras de amianto e os frequentes rompimentos, os quais comprometem o fornecimento de água. Em sua fala, ressaltou a necessidade urgente de substituição dessas tubulações, bem como a ampliação da capacidade de reservatórios, especialmente em áreas como o bairro Aeroporto Velho. Também abordou a importância da coleta e tratamento adequado de esgoto, destacando os impactos ambientais e na saúde pública decorrentes da ausência desses serviços. Encerradas as manifestações, a **Vereadora ELITA BELTRÃO (REPUBLICANOS)** procedeu com as considerações finais, agradecendo a participação dos parlamentares, representantes institucionais e da sociedade civil, destacando a relevância das contribuições apresentadas. Informou que todas as demandas, sugestões e questionamentos levantados durante a audiência serão sistematizados em documento oficial a ser encaminhado ao Governo do Estado, à agência reguladora e à concessionária responsável, com vistas ao acompanhamento e à cobrança de providências. Por fim, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a audiência pública. E, para constar, mandou lavrar a presente ata que, em anexo, encaminha a ficha de frequência de todos os presentes.

FREQUÊNCIA DA ATA DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DISCUTIRÁ A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BLOCO C, VENCIDA PELA EMPRESA AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., realizada no dia 11/03/2026.

NOME	INSTITUIÇÃO
Ana Carla Maria	Conexão S/m
Jorge A. M. Santos	Conexão / S. Sebastião
Edilene Xavier de A Gomes	ARESA
Paulo Nunes Bisneto	Aguas do Pará
Robinson Vaz da L. Rocha	ASO
Manoel B. Pires	ASMOBAM I
Ivanira Pinto Nogueira	
Maria Ines D Obrane Pés	
Maria Cervalina Rodrigues Sena	ASBAMA
[illegible]	
Ekinete Figueira da Cunha	
Sérgio Melo	SEMINFRA
Ivanira de Sousa Figueira	Vereadora
Erasmo Maia	CM Sfm.
Susanne Gerber Barata	AMA Caranari Alto
Evaldo [illegible]	
Ponyi Portto	CPPP
Renato Guimarães	CPPP
Angela Maciel	Ver. Malaquias
Rosalia [illegible]	Ver. Malaquias
Guadalupe Cardoso do Nascimento	Movimento Tapajós Vivo
Mª da Conceição R. Silva	Presidente ASCOM
Aldamiro S Silva	Presidente Fauneel
Juliane Carvalho	Presidente - Alto - Vigia.
Murilo José T. de Motos	CMS
Barbara Motos	CMS
Elisangela Delgado dos Santos	AMPAVES / Área Verde.
Pedro [illegible]	Associação C. São Sebastião
Claudio Araujo	
Roseni de Sousa Ribeiro	AMOSAN
Maria Elene P. Corrêa	ARESA
Joiel Marques Cabral	CMS
[illegible] Negrão Fernandes	Assessoria Vre Bárbara Motos.
TATIO SANTOS LOBO	

PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

FREQUÊNCIA DA ATA DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DISCUTIRÁ A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BLOCO C, VENCIDA PELA EMPRESA AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., realizada no dia 11/03/2026.

NOME	INSTITUIÇÃO
Lucas S. Nogueira	Águas do Pará
PEDRO ALAN R. S. PASSOS	ÁGUAS DO PARÁ
Sebastiana C. e. Pereira	
Natalia Paixão	P.
Rita Rocha	Bairro Uruará
ELSON SOUSA DA SILVA	Bairro Uruará
Jorely Pereira Ferreira	AMBC. Conquista.
Jose Victor Marques de Oliveira	ASCOMSEC
Raimundo Pereira	CCOM / PMS
Raimunda Maria Silva	Urueos
José Ronaldo R. Nogueira	CC BAV
Jorge Feitosa de Freitas	AMBL
Antonia Padilha Maia	AC. Sa e Cond. - Piquiá
Arnaldo Batista Reis	AARESA.
Bruno Henrique G. da Silva	ARESA - R
Jorge Eduardo Santos Nogueira	AMBANTHO
OLOCIRIA SANTOS	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SOLIDARIEDADE
Jaqueline Medeiros Dias	Ass. de Moradores do Uruará I
Raimunda F. Pimentel	
	-
	SEMURB
	DAD.
Victor Gabriel dos Reis Ferreira	
	SEMMA
Mª de Nazaré Correa	AMBAINA
Anchieta Lima de Souza	SINDSAUDE
Daniele Ribeiro Mota	AMBI
Daiana Nora Almeida	ASMOLBAU
Marcos Aurélio C. Brito	AMBEL
Silva Leal Dias	CMS
Lucas Nogueira	Cultura

FREQUÊNCIA DA ATA DA SESSÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE DISCUTIRÁ A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO BLOCO C, VENCIDA PELA EMPRESA AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., realizada no dia 11/03/2026.

NOME	INSTITUIÇÃO
Jorgio Pereira	CMS
Eliane Cristina Madeira	FAMCOS
Maria Carvalho	CMS
Kleber Costa	CMS.
Ruan Magalhães	Presidente Associação Livramento
Ivaila Cristina Souza dos Santos	
Luana Albuquerque Teixeira	Gab. Erlon Rocha.
Junior Tapajós	C.M.S.
Marcio Profirio	C.M.S - GAB. DAVID PAIVA
Rosimere Silva de Sousa	Gab. Residencial Moaçara
Bruno Marques	ACES